

Fatores associados à automedicação em dor de dente: análise a partir dos profissionais dos estabelecimentos farmacêuticos da cidade do Recife, PE

Factors associated with self-medication for toothache: analysis using pharmacy personnel in the city of Recife, PE

Rafaella Arcoverde Silva ¹, In memoriam
Flávia Duarte Marques ¹
Paulo Sávio Angeiras de Goes ¹

Abstract *This paper aims to describe the factors associated with self-medication related to toothache in the city of Recife, Pernambuco, Brazil. The investigation was designed as a cross-sectional study. The sample was random selected among the pharmacies registered in the Regional Pharmacy Council of Pernambuco and distributed over the Health Districts. The level of knowledge of the pharmacy personnel about self-medication related to toothache was analyzed. One hundred and seventy nine professionals from 120 establishments were interviewed. The data were collected by means of a questionnaire. According to the results, 67.0% of the interviewees had attended individuals relating orofacial pain in the last six months, among them 91.6% relating toothache; 83.7% male and 73.3% female personnel had indicated medications for toothache without prescription; personnel with high-school level indicated more medications without prescription (48.6%) The study concludes that to buy pain relievers without prescription including for toothache is common and reinforces the need of informing the population about the correct use of these medicaments.*

Key words *Pain, Self-medication, Pharmacist*

Resumo *Este artigo pretende descrever os fatores associados à automedicação relacionada à dor de dente na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil. O desenho do estudo foi do tipo transversal. A amostra foi selecionada através de sorteio aleatório das farmácias cadastradas no Conselho Regional de Farmácia de Pernambuco e distribuída nos Distritos Sanitários. Foi analisado o nível de conhecimento dos profissionais de farmácias sobre a automedicação relacionada à dor de dente. Foram entrevistados 179 profissionais em 120 estabelecimentos visitados. Os dados foram coletados através de questionário. Como resultado, 67,0% dos entrevistados atenderam pessoas que relataram dor facial nos últimos seis meses, e uma frequência de 91,6% relataram dor de dente; 83,7% homens e 73,3% mulheres indicaram medicamentos sem prescrição; profissionais com 2º grau indicam mais medicamentos sem prescrição para pacientes com dor de dente (48,6%). Concluiu-se que é comum a procura de medicamentos sem prescrição para dor de modo geral, entre estas a dor de dente. O impacto da dor de dente na utilização de medicamentos reforça a necessidade de informar a população sobre o uso adequado destes medicamentos.*

Palavras-chave *Dor, Automedicação, Farmacêuticos*

¹ Departamento de Odontologia Preventiva e Social, Faculdade de Odontologia, UPE. Av. Gal. Newton Cavalcanti 1650. 54753-020 Camaragibe PE. duarte.flavia@gmail.com

Introdução

Um exemplo da aplicação da epidemiologia nos estudos da dor é a caracterização da dor como problema de saúde pública. Dor é condição muito prevalente na população e exerce impacto significativo no indivíduo e na sociedade. Um dos mais famosos estudos sobre dor, produzido nos Estados Unidos da América, na década de 1980, demonstrou que cerca de meio bilhão de dias de trabalho eram perdidos anualmente pela população empregada em tempo integral. Deve-se, ainda, considerar que a dor é sintoma primário responsável por mais de 35 milhões de novas consultas médicas por ano e por mais de 70 milhões das consultas médicas correntes, o que perfaz o total de 80% de todas as consultas médicas naquele país¹.

Ante o exposto, o relato de dor de dente do ponto de vista populacional, tomado como componente não clínico da necessidade percebida, pode ser um dado a mais para uma análise de efetividade e eficiência dos cuidados de saúde, podendo oferecer uma ampliação na avaliação das necessidades de saúde bucal².

Em alguns países, a prática da automedicação é vista como uma maneira de reduzir os custos com o sistema de saúde. Ações são necessárias para avaliar cuidadosamente a relação risco/benefício dessa prática e os medicamentos passíveis de serem disponibilizados sem prescrição, objetivando a promoção e a proteção à saúde individual e comunitária. Entre os profissionais de saúde, o farmacêutico tem o papel de orientar a população quanto ao uso correto dos medicamentos³, sendo desta forma um profissional essencial na elaboração e implementação de medidas que tenham como objetivo este fim.

Em países desenvolvidos, os rígidos controles estabelecidos pelas agências reguladoras e o crescente envolvimento dos farmacêuticos com orientação dos usuários de medicamentos tornam menos problemática a prática da automedicação⁴. Já no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (ABIFARMA), cerca de 80 milhões de pessoas são adeptas da automedicação. O não cumprimento da obrigatoriedade da receita médica e a carência de informação e instrução na população em geral justificam a preocupação com a qualidade da automedicação praticada no país, principalmente considerando que o número de medicamentos de venda livre tem crescido nos últimos tempos, assim como a disponibilidade desses medicamentos em estabelecimentos não farmacêuticos, o que favorece a automedicação.

A automedicação inadequada tanto quanto a prescrição errônea podem ter como consequência efeitos indesejáveis, enfermidades iatrogênicas e mascaramento de doenças evolutivas, representando, por tanto, problema a ser prevenido⁴.

Ante ao relato de estudo de epidemiologia das dores orofaciais, das quais a dor de dente tem sido apontada como a mais prevalente, bem como a prática comum da automedicação da população brasileira, o objetivo do presente estudo foi avaliar os fatores associados à automedicação relacionados à dor de dente, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.

Metodologia

O presente estudo foi do tipo corte transversal de base populacional conduzido na cidade do Recife, Pernambuco, Brasil.

Na análise da amostra selecionada para o estudo, foram identificados os fatores associados à automedicação a partir do nível de conhecimento dos profissionais da área de dispensação de medicamentos de farmácias, ou seja, indivíduos que atendem os clientes diretamente, podendo ser farmacêuticos, caixas ou apenas balconistas, localizados nos diversos bairros da cidade do Recife. Para se calcular o tamanho desta amostra, tomou-se como referência o fato de que os profissionais dos estabelecimentos farmacêuticos fariam suas sugestões de forma efetiva em 50% dos casos, com um erro de 5% e o nível de confiança de 95%, o que totalizaria uma amostra mínima de 240 profissionais oriundos de 120 estabelecimentos de farmácia ou pontos de distribuição de medicamentos, distribuídos nos respectivos distritos sanitários, sendo vinte estabelecimentos por cada distrito sanitário da cidade do Recife.

A técnica de amostragem foi realizada em duas etapas. Para a primeira etapa, foram selecionadas de forma aleatória 120 farmácias, sendo vinte farmácias por cada distrito sanitário. E a segunda etapa, representada por um ou dois funcionários ou profissionais da farmácia selecionada (clusters) agrupados em seus respectivos distritos.

Os dados para o presente estudo foram do tipo não clínico, a serem colhidos através de um questionário.

A variável dependente estudada foi o nível de conhecimento do profissional de farmácia. Os medicamentos sugeridos ou indicados foram clas-

sificados por grupos de drogas e, quando sugeridos/indicados por nomes comerciais, os nomes eram checados antes de serem classificados.

As variáveis independentes estudadas foram: sexo, nível de escolaridade do profissional, tempo de exercício na área de dispensação de medicamentos, tempo de trabalho no estabelecimento pesquisado e tipo de queixa de dor do paciente.

A análise dos dados foi dividida em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma análise descritiva, na qual se apresenta a distribuição de frequência das variáveis da amostra. Na segunda etapa, através de uma análise bivariada, foi utilizado o teste de qui-quadrado para verificar associação entre as variáveis independentes e a variável dependente.

Para o estudo piloto, o instrumento final foi aplicado em doze para checar a validação do mesmo e conseqüentemente a sua viabilidade, não sendo necessária nenhuma modificação.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade de Pernambuco, tendo sido aprovado sem alteração, tendo cada participante preenchido um termo de consentimento livre esclarecido.

Resultados

Apesar de ter-se visitado o número de estabelecimentos farmacêuticos previstos inicialmente, ou seja, 120 estabelecimentos, apenas 179 profissionais concordaram em participar, obtendo uma taxa de não resposta de 25,4%.

Destes 179 profissionais entrevistados, 58,1% (104) eram do sexo masculino, enquanto que 41,9% (75) eram do sexo feminino. A faixa etária dos respondentes foi dividida em dois grupos, sendo o primeiro formado pelos profissionais com idade menor ou igual a 30 anos, com uma representação de 49,7% (89), e o segundo grupo sendo formado pelos profissionais com a idade maior que 30 anos, tendo uma representação de 50,3% (90). Em relação à formação profissional, a maior parte da amostra possuía o 2º grau, sendo representada por 59,8% (107), seguido de profissionais que possuíam nível superior completo ou incompleto com 24,0% (43) e aqueles que possuíam 1º grau, cuja representação foi de 16,2% (29). No quesito ocupação dos entrevistados nos referidos estabelecimentos, observou-se que 65,9% (118) eram balconistas, 8,9% (16) eram farmacêuticos e 25,1% (45) foram classificados como outros. Em relação ao tempo de trabalho no estabelecimento, os entrevistados que

possuíam tempo igual ou inferior a três anos representaram 54,2% (97), enquanto que os que possuíam tempo de trabalho no estabelecimento superior a três anos representaram 45,8% (82) profissionais. Analisando o tempo de trabalho na área de dispensação de medicamentos, dividiu-se a amostra em dois grupos, sendo o primeiro composto por profissionais que possuíam tempo igual ou superior a sete anos de profissão e o outro grupo formado por profissionais com menos de sete anos de trabalho na área de dispensação de medicamentos (Tabela 1).

Nos estabelecimentos visitados, observou-se uma frequência de 91,6% (164) de entrevistados que atenderam pessoas com dor de dente nos últimos seis meses.

Para este estudo, os fatores que foram considerados associados à automedicação, a partir dos profissionais dos estabelecimentos farmacêuticos, foram: sexo do respondente, tempo de trabalho na área farmacêutica, tempo de trabalho no estabelecimento, formação profissional e idade dos entrevistados; relacionados à indicação de medicamentos para dor de dente sem prescrição.

Tabela 1. Variáveis relacionadas à amostra do estudo.

Variáveis	n (%)
Sexo	
Masculino	104 (58,1)
Feminino	75 (41,9)
Tempo de trabalho na área de dispensação de medicamentos	
≥ 7 anos	91 (50,8)
< 7 anos	88 (49,2)
Tempo de trabalho no estabelecimento	
≥ 3 anos	97 (54,2)
< 3 anos	82 (45,8)
Formação profissional	
1º grau	29 (16,2)
2º grau	107 (59,8)
Superior completo ou incompleto	43 (24,0)
Idade dos profissionais	
≥ 30 anos	89 (49,7)
< 30 anos	90 (50,3)
Ocupação na farmácia	
Balconista	118 (65,9)
Farmacêutico	16 (8,9)
Outros	45 (25,1)

Entre os profissionais que participaram do estudo, foi verificado que 83,7% homens (87) e 73,3% mulheres (55) indicaram medicamentos sem prescrição para pacientes que relataram dor de dente nos estabelecimentos farmacêuticos.

Em relação ao tempo de trabalho na área de dispensação de medicamentos, foi constatado que profissionais com sete anos ou menos de profissão indicam menos medicamentos sem prescrição para pacientes com dor de dente (73,6%) que profissionais com mais que sete anos de profissão (85,2%).

Analisando-se o tempo de trabalho do profissional no estabelecimento entrevistado, observou-se que profissionais com um tempo de trabalho menor ou igual a três anos indicam menos medicamentos sem prescrição para dor de dente (77,3%) quando comparados com profissionais com mais de três anos (81,7%); no entanto, esta diferença não foi estatisticamente significativa.

Observando-se a formação profissional dos entrevistados, constatou-se que profissionais com 2º grau indicam mais medicamentos sem prescrição para pacientes com dor de dente (48,6%), seguido por profissionais com 3º grau completo ou incompleto (15,6%) e, por último, profissionais com 1º grau (15,1%); no entanto, esta diferença não foi estatisticamente significativa.

Considerando-se a variável idade dos profissionais, aqueles com mais de 30 anos indicam mais medicamentos sem prescrição para pacientes com dor de dente (83,3%) que profissionais com idade inferior ou igual a 30 anos (75,3%); no entanto, esta diferença não foi estatisticamente significativa.

Discussão

Os resultados do presente estudo sugerem que a prática da automedicação é comum na população estudada, sendo bastante prevalente tanto para as dores orofaciais quanto para a dor de dente. A prática da automedicação tem sido relatada como uma alternativa aos cuidados tradicionais de saúde em populações de países em desenvolvimento como o Brasil. Deve-se lembrar ainda que a prática da automedicação pode estar associada a efeitos adversos, resistência (antimicrobianos), doenças iatrogênicas e gastos desnecessários, o que contrasta com a necessidade de garantir a adesão aos tratamentos medicamentosos prescritos por profissionais de saúde⁵.

Os medicamentos têm ocupado um lugar de destaque no cenário nacional por conta da crise

em que se encontra o setor da saúde; da consulta médica resultar, com frequência, numa prescrição de medicamentos muitas vezes excessiva; e ao empobrecimento da população, aumentando a demanda ao sistema público de assistência à saúde³.

Apesar de poucos estudos terem relatado a associação entre dor de dente e automedicação, os estudos conduzidos por Góes⁶ confirmaram que a dor de dente é um dos tipos mais prevalentes das dores orofaciais, possuindo um grande impacto nas atividades diárias dos indivíduos, sendo a automedicação uma prática comum entre as famílias cujos filhos sofreram de dor de dente.

Muito fatores têm sido associados à automedicação, entre os quais se pode destacar: sexo, tempo de trabalho na área de dispensação de medicamentos, tempo de trabalho no estabelecimento, formação profissional, idade dos profissionais e ocupação no estabelecimento.

Com relação à idade, observou-se que homens em idades extremas são mais adeptos da prática da automedicação que as mulheres⁴.

No presente estudo, ficou evidenciado um outro fator importante neste processo: as características da prática profissional dos responsáveis pela dispensação de medicamentos em farmácias e pontos de distribuição. Apesar de não existir diferença estatisticamente significativa entre a automedicação e as características demográficas como idade e sexo da população estudada, ficou evidenciado que o tempo de atividade no setor e a formação do profissional são fatores que podem contribuir para o aumento da automedicação, tendo sido demonstrado que quanto maior o tempo de trabalho na área e menor a qualificação profissional, maior o percentual de indicação de medicamentos sem prescrição.

Como a Vigilância Sanitária não tem o devido controle sobre a venda de medicamentos de tarja vermelha (sob prescrição médica), na prática o acesso a estes medicamentos sem o receituário médico é livre. A importância de critérios para a permissão de venda sem prescrição médica está relacionada ao direito de propaganda direta ao consumidor⁷. Portanto, no Brasil de hoje, há a necessidade de associar risco sanitário baixo com indicações terapêuticas, que são os termos permitidos para a propaganda direta ao consumidor.

Este trabalho demonstrou a importância de serem planejadas ações de promoção de saúde bucal que envolvam os profissionais da área de dispensação de medicamentos, pois dado a grande falta de acesso aos serviços odontológicos da

população brasileira, principalmente entre os 20% mais pobres e que estão na faixa etária de 20-49 anos⁵, estes profissionais podem se constituir em importantes agentes promotores da saúde bucal.

As conclusões deste estudo devem ser entendidas à luz de suas limitações metodológicas; a primeira delas está no fato de ter se focado a análise de automedicação, tendo como principal ponto os profissionais da área de dispensação de medicamentos. Um outro aspecto foi a não compreensão de parte dos participantes da pesquisa de alguns pontos levantados na entrevista, bem como a recusa de alguns profissionais de fazerem parte desta pesquisa.

No entanto, este percentual não ultrapassou os 25% do tamanho mínimo da amostra.

Conclusão

Pode-se concluir que a prática da automedicação é comum entre pacientes portadores de dor de dente e que os profissionais desta atividade profissional devem se constituir alvo de atividades de promoção de saúde bucal e capacitação para uma melhor orientação em relação à dispensação de medicamentos da área.

Colaboradores

RA Silva, FD Marques e PSA de Goes participaram igualmente de todas as etapas da elaboração do artigo.

Referências

1. Goes PSA, Kosminsky M. Epidemiologia da dor orofacial: tipos de dores mais prevalentes. In: Teixeira MJ, organizador. *Dor: contexto interdisciplinar*. Curitiba: Maio; 2003. p. 75-87.
2. Sheiham A, Spencer J. Health Needs Assessment. In: Pine C. *Community Oral Health*. Oxford: Wright; 1997. p. 39-50.
3. Silva MVS, Freitas O, Mendes IJM. O medicamento, a automedicação e o papel do farmacêutico. *UNOPAR Cient, Ciên. Biol Saúde* 2000; 2(1):183-189.
4. Arrais PSD, Coelho HLL, Batista MCDS, Carvalho ML, Righi RE, Arnau JM. Perfil da automedicação no Brasil. *Rev. Saúde Pública* 1997; 31(1):71-77.
5. Bertoldi AD, Barros AJD, Hallal PC, Lima RC. Utilização de medicamentos em adultos: prevalência e determinantes individuais. *Rev. Saúde Pública* 2004; 38(2):228-238.
6. Goes PSA. *The prevalence, severity and impact of dental pain in Brazilian schoolchildren* [thesis]. London: University of London; 2001.
7. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Política vigente para a regulamentação de medicamentos no Brasil. [acessado 2004 Jul 21]. Disponível em: www.anvisa.gov.br

Artigo apresentado em 07/03/2007

Aprovado em 02/08/2007

Versão final apresentada em 03/08/2007